



III SEMANA DO DIREITO

ANAIS



PROJETO CATAVENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DADOS DE EXPLORAÇÃO INFANTIL

Autor(res)

Dibiss Cassimiro Ximenes
Marcelo Da Rosa Borges

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA SHOPPING

Introdução

O Estado Brasileiro apresenta legislação adequada para assegurar a proteção dos direitos humanos e da dignidade da pessoa, reconhecendo a criança como um sujeito de direitos, de proteção integral e prioritária (BRASIL, 1988). Entretanto, as estatísticas mostram dados alarmantes sobre o afronte à proteção de crianças e de adolescentes.

A descrição formal do Projeto Catavento, enquanto estratégia de Abordagem Social do CREAS, estabelece a busca ativa e o encaminhamento intersetorial como pilares metodológicos. Contudo, a efetividade e a complexidade dessa intervenção se revelam no campo prático.

A busca ativa, constitui-se como um processo de aproximação delicada e constante. O objetivo de estabelecer um laço de confiança com a criança ou adolescente na rua exige uma sensibilidade que transcende o protocolo. Percebe-se que o sucesso da abordagem frequentemente dependia da capacidade do educador de romper a barreira da desconfiança e invisibilidade a que esses jovens estão submetidos.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho consiste em compreender o desenvolvimento da legislação relacionada ao trabalho infantil e do adolescente no Brasil, a partir da análise de estudo do 'Projeto Catavento', realizado em Sobral/CE, em 2011, utilizando a descrição formal em contraponto à experiência empírica do pesquisador como elemento de validação e aprofundamento das práticas de abordagem social.

Desta forma, o estudo se propõe a analisar, sistematizar e discutir o conhecimento científico já produzido e a atuação prática de instituições no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Material e Métodos

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com enfoque teórico e bibliográfico. O enfoque bibliográfico é justificado pela necessidade de fundamentar a discussão sobre a proteção infantil e as estratégias de prevenção. A relevância empírica deste estudo é conferida pela experiência de campo do pesquisador, que atuou como educador social no Projeto Catavento, Sobral, Ceará entre os períodos de 2010 e 2011.

Foi consultada a obra: As estratégias de abordagem aos jovens em situação de risco: medidas assistenciais ou garantia de direitos? Artigos e relatórios do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para a



III SEMANA DO DIREITO

ANAIS



contextualização dos crimes sexuais online e a atuação policial e os Projetos: Catavento, em Sobral/CE; Cambalhotas; Eu Me Protejo; crescer sem Violência; Instituto C. Tais projetos buscam garantir conhecimento, prevenção e ambiente protetor para crianças e adolescentes e envolvem a família como pilar central na prevenção do trabalho infantil e exploração sexual.

Resultados e Discussão

As estatísticas sobre exploração sexual infantil no Brasil entre 2023 e 2025 indicam aumento significativo nas denúncias. Em 2024, as denúncias recebidas pelo Disque 100 saltaram para 18.826, um aumento de 195% em relação a 2020 (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2025).

De acordo com Cynthia Betti (2025), o enfrentamento da violência sexual infantil exige o compromisso coletivo de todos os setores da sociedade: “Não podemos mais aceitar que o abuso e a exploração sexual sejam ignorados ou naturalizados. Precisamos agir com firmeza, empatia e responsabilidade. Proteger nossas crianças é um dever de todos [...]”.

Em Sobral, Ceará, a abordagem direta à vulnerabilidade é realizada pelo Projeto Catavento, em 2011, uma estratégia de Abordagem Social vinculada à Proteção Social Especial e coordenada pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Trata-se de uma estratégia de abordagem social do CREAS.

Conclusão

O Projeto Catavento, em Sobral, por meio da metodologia de busca ativa e encaminhamento intersetorial, revelou-se um processo desafiador na prática. Os dados obtidos apontaram que a intervenção é dificultada pela presença de vícios em substâncias psicoativas entre os jovens e, pelo baixo engajamento familiar.

Em síntese, o presente estudo conclui que a garantia de direitos contra a exploração infantil reside na articulação de três pilares: 1) Prevenção primária (educação lúdica); 2) Fortalecimento familiar e intersetorial (SCFV e Instituto C); e 3) Intervenção direta e humanizada (Catavento).

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

PLAN INTERNATIONAL. Violências contra crianças e adolescentes crescem no Brasil e reforça a urgência do 18 de Maio. [S. l.]: Plan International Brasil, 21 maio 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Governo federal reforça ações para combater violência sexual contra crianças e adolescentes na internet. Brasília, DF: MDHC, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/governo-federal-reforca-acoes-para-combater-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-na-internet>. Acesso em: 13 out. 2025.

BERAKÁ: O blog da família. PROJETO Catavento: uma esperança que surgiu em Sobral Ceará. [S. l.]: O Beraká, 1 abr. 2011. Disponível em: <https://berakash.blogspot.com/2011/04/projeto-catavento-uma-esperanca-que.html?m=1>. Acesso em: 10 out. 2025.